

# ESTATÍSTICAS, TEORIA SOCIAL E PLANEJAMENTO

. indicadores sociais: instrumento de compreensão, planejamento e avaliação

. *quo vadis*, sistema estatístico?

Isaac Kerstenetzky

*Poucos economistas contribuíram tanto para o diálogo entre as ciências sociais e para a crítica teórica ao 'estado da arte' como Isaac Kerstenetzky. Rara erudição em teoria e história econômicas, sólida formação em técnicas estatísticas e teoria do planejamento, aguda consciência tanto da imprescindibilidade do debate entre economia, sociologia, antropologia e ciência política, quanto da necessária independência dos intelectuais frente ao poder, fizeram de Isaac Kerstenetzky uma figura ímpar no desenvolvimento das ciências sociais, na conformação de novos instrumentos de pensamento e ação e na formação de novas gerações de pesquisadores.*

*Infelizmente, Isaac Kerstenetzky nos deixou em 21 de julho deste ano. Buscamos amenizar sua falta com a publicação destes trabalhos inéditos, que demonstram a continuidade de sua reflexão, tanto na área de produção de estatísticas primárias, quanto na pesquisa universitária. O primeiro texto resultou de uma intervenção oral no seminário 'Sistema de indicadores sociais: instrumento para avaliação de programas e propostas de natureza social', realizado em Salvador em 1976, quando era presidente do IBGE. Ressalta a modificação da periodicidade dos censos, a redefinição das PNADs e a implantação das ENDEFs e trata da necessidade de se incrementar o diálogo com a pesquisa universitária, tendo em vista, de um lado, promover a evolução dos procedimentos estatísticos e a complementariedade entre análises quantitativas e qualitativas e, de outro, diminuir a notória subutilização, pelas ciências sociais, dos dados já processados. De posse da transcrição de uma gravação, foi inevitável que a RBCS realizasse um trabalho de edição do material, para torná-lo compatível com a publicação escrita, sem no entanto retirar seu caráter original. O segundo texto, de outubro de 1990, apresenta uma visão abrangente do sistema estatístico e delinea os horizontes dos aperfeiçoamentos necessários. Feitos em conjunturas políticas e em situações pessoais bem diversas, os dois trabalhos mostram a mesma firmeza, demonstrando que se pode fazer história (e não apenas registrá-la) quando se tem limpidez de objetivos e se possui dignidade e competência.*

## **. Indicadores sociais: instrumento de compreensão, planejamento e avaliação**

Não estou certo de que estaria em melhores condições do que outros para falar sobre indicadores sociais. Simplesmente porque, em primeiro lugar, o campo é muito amplo. Indicadores sociais não podem ser interpretados de maneira muito limitada, estreita. O campo não está bem definido, ainda há um longo trabalho em termos de exploração, metodologia e definição nessa área.

Não só a decisão do Conselho de Desenvolvimento Social, aprovada pelo presidente da República, mas a própria legislação básica do IBGE, que inclusive antecede essa decisão, fazem referência específica a indicadores sociais na área da chamada estatística derivada, no plano geral de informações estatísticas e geográficas. Na realidade, essa preocupação vem de antes, até porque a Lei nº 5.878, de 1973, faz referência a uma ampliação, uma modernização, das áreas de competência do IBGE, em direção a estatísticas derivadas, definidas por indicadores econômicos e sociais, sistema de contabilidade social e outros sistemas.

Uma coisa, no entanto, me preocupa. Embora seja bastante importante a atenção que está sendo dada, ao lado dos indicadores de natureza essencialmente econômica, à preocupação com a construção de indicadores e sistemas de referências de natureza social, fico um pouco preocupado com a possibilidade de que eles sejam focalizados como uma panacéia, semelhante, de certa forma, a uma preocupação exagerada com contabilidade regional ou com renda *per capita* e conceitos afins. Quer dizer, é como se esses dados - produtos *per capita*, agregados regionais, contas regionais -

pudessem proporcionar por si sós um entendimento de como funciona a sociedade, ou como funciona a economia de uma região.

Por outro lado, eu tenho dificuldade em visualizar os indicadores sociais de modo isolado. Para mim eles são peças de um quebra-cabeça que tem que ser combinado com amplo espectro de outras informações. Por isso mesmo, nesta exposição não vou me limitar a discutir apenas indicadores sociais, mesmo porque não se pode discuti-los sem fazer referência a estatísticas primárias básicas. Sendo, por definição, de natureza quantitativa, os indicadores sociais estariam relacionados com elaboração, com transformação, no contexto de determinados esquemas conceituais, de estatística primária básica. Por outro lado, esses indicadores estariam relacionados com problemas de teoria social, problemas de concepção do sistema de planejamento e assim por diante.

### **Indicadores sociais e estatísticas primárias**

Para estatísticas sociais, creio que é indispensável considerar um sentido mais amplo, dentro do contexto da atividade do sistema estatístico central. Nesse sentido, embora possa parecer à primeira vista um lugar comum, deve-se dizer que o que o IBGE faz é essencialmente pesquisa social. Evidentemente, é uma pesquisa social com sentido essencialmente finalista. Quer dizer, se justifica o orçamento do IBGE - os recursos que o governo canaliza para instituição - na medida em que os projetos são escolhidos tendo em vista, essencialmente, buscar aperfeiçoar o processo de decisão na área social. Eu iria ainda mais longe: na realidade, é uma influência dupla. Quer dizer, é preciso haver uma decisão que já está para ser tomada e que precisa de um apoio mais completo em termos de informações. Na medida em que se possa ter noções sobre qualidade de vida ou sobre pobreza absoluta e pobreza relativa, a própria possibilidade de identificação, quantificação e localização geográfica desses grupos, de certa forma, pode conduzir à ação.

Por outro lado, como pesquisa social, nós teríamos que distinguir o que seriam as pesquisas microssociais e as pesquisas macrossociais. A idéia de macrossocial não pretende sugerir uma hierarquia, no sentido de que as pesquisas macrossociais sejam necessariamente mais importantes do que as microssociais, normalmente desenvolvidas como parte da pesquisa . de natureza sociológica, antropológica. Ao contrario, elas são essencialmente complementares. Seria ingênuo esperar que só do sistema estatístico central, responsável pela pesquisa macrossocial, possa vir todo o espectro de informações necessárias para a tomada de decisões ou a compreensão do que está ocorrendo na sociedade. A realização de diferentes tipos de pesquisa com amostras mais reduzidas, a utilização da observação participante, enfim, todo o espectro de técnicas desenvolvidas pelos centros sociais é de uma utilidade que não deve ser absolutamente subestimada. Além disso, em relação às pesquisas macro e microssociais - e a minha exposição, evidentemente, vai se referir às pesquisas macro -, também não se deve ter a ilusão de que através da quantificação se tenha resposta para tudo.

Boa parte da teoria básica disponível nas ciências sociais é constituída por um acervo de contribuições nas quais o trabalho de quantificação é relativamente limitado. Muito mais do que informações propriamente estatísticas, existe nesses casos uma capacidade de observação, de entendimento da realidade, de utilização de documentos muitas vezes não convencionais. Embora o século XX, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, se caracterize por um aumento substancial no volume de informações quantificadas - e, paralelamente, pelo dramático incremento de abordagens de natureza quantitativa e matemática nas ciências sociais -, em termos de contribuição para o entendimento de como funciona a sociedade não há nada comparável ao que resultou da aplicação de técnicas aparentemente muito menos relevantes.

Nossa geração ainda tem diante de si uma responsabilidade enorme: usar plenamente a informação disponível e procurar fazer com que os recursos sejam mais bem gastos na correção de problemas. Evidentemente, na própria mensuração desses problemas, que exige por vezes montantes expressivos de recursos, há critérios implícitos de decisão sobre o que investigar e quanto gastarem termos de quantificação central. E, é claro, subjacente a tudo isso, há todo um problema de interação entre teoria e experimentação.

Eu fiz referência à utilização de documentos históricos. A própria literatura também não pode ser subestimada. Há uma longa tradição de estudos geográficos, que vai desde a idéia de lugar absoluto, que caracteriza essencialmente a revolução da cartografia, até a idéia de lugar relativo, de distribuição espacial de fenômenos econômicos e sociais. Vou tratar disso, com mais detalhes, um pouco mais adiante.

Ao lado da preocupação, crescente em todo o mundo, de voltar a usar de maneira mais completa a abordagem histórica dos problemas sociais, há o impacto da transformação na tecnologia de tratamento de dados, decorrente do desenvolvimento dos sistemas de computação. Embora, infelizmente, ainda estejam nos primeiros estágios, os modelos de simulação também são instrumentos potencialmente muito fecundos para entender trajetórias alternativas de um sistema, de uma região ou de um país. Eu digo infelizmente nos primeiros estágios, porque é preciso não sucumbir à ingenuidade de muitos desses modelos, especialmente aqueles do tipo feito pelo Clube de Roma, que talvez seja uma utilização um tanto ingênua da idéia de simulação, pois faz uma desagregação inadequada de informações e trata a teoria de forma ingênua.

Nós estamos preocupados com informação de natureza social e decisão social. Esta última idéia está relacionada com uma praxis, por assim dizer, nas sociedades modernas. Em termos inicialmente um tanto simplistas, podemos perguntar: qual é o desafio, o problema, com que se defronta a decisão social numa sociedade moderna? Os economistas levaram uns vinte a trinta anos para 'vender' a idéia de taxa de crescimento. Agora, têm enorme dificuldade para comprá-la de volta. No momento, nós começamos a perceber que, talvez mais importante do que a própria idéia de um indicador de desempenho agregado é o que está subjacente a esse indicador em termos de composição do produto interno bruto, em termos de atendimento, por exemplo, às necessidades básicas da população. De que modo a composição do produto interno bruto afeta a qualidade de vida? Aparecem aí, por exemplo, problemas como a competição entre transporte individual e transporte de massa; o papel das tecnologias alternativas na atividade econômica e suas implicações para o emprego ou o balanço de pagamentos, sua relação com a autonomia tecnológica e o crescimento sustentado dessa produção; o mínimo de trepidação em termos de inflação ou de subutilização de recursos; e, finalmente, mas nem por isso menos importante, a questão do acesso aos frutos desse crescimento, o problema da distribuição dos rendimentos. É claro que essas quatro ópticas são complementares e interdependentes. E um mito imaginar que se possa isolar a tomada de decisão em relação a qualquer uma dessas componentes e deixar que, de modo automático, os objetivos em relação às outras três se transformem em realidade. De certa forma, pode haver um conflito entre a idéia de um crescimento harmônico e a de uma cadencia muito elevada de crescimento da economia.

Não quero subestimar, evidentemente, o crescimento. É óbvio que o crescimento zero, ou mesmo muito reduzido, é incompatível com diversos objetivos. É totalmente inviável a idéia, por exemplo, de modificar, de melhorar, a distribuição de renda sem que haja crescimento. Mas, evidentemente, essa incompatibilidade se torna mais séria ainda, na medida em que esse crescimento esteja divorciado de considerações relacionadas com o problema da distribuição do rendimento.

Essa interdependência e essa complexidade do processo de decisão levam, inevitavelmente, à idéia de decisões planejadas. É inevitável imaginar que essas decisões sejam tomadas segundo uma visualização do futuro. Concentrar a atenção apenas no curto prazo significa aceitar o *status quo*. E não se pode aceitar absolutamente a idéia de que a especulação sobre o futuro, futurológica, seja uma coisa menos séria, que possa ser tratada de forma pejorativa. Como em qualquer pesquisa, existem nesse caso diferentes graus de seriedade, de como desenvolver essa pesquisa, como desenvolver a própria idéia de especulação em relação ao futuro e tratar as decisões a esse respeito. Mesmo os que são contrários ou têm restrições à idéia de especulação em relação ao futuro - de modo implícito ou explícito, na sua vida particular, em considerações de natureza pessoal ou participando de instituições -, mesmo eles estão sempre considerando alternativas em relação ao futuro. Então, mesmo considerando a pobreza teórica com que nos defrontamos para especular em relação ao futuro, é preferível explicitar essas limitações do que deixá-las implícitas e, de certa forma, escondidas sob o tapete. Evidentemente, essa especulação, relacionada com planejamento, se liga ao fato de que existem imperfeições de natureza estrutural, que só podem ser corrigidas na medida em que se trace ou se conceba uma estratégia de prazo mais longo. Existem problemas de fluxos inadequados de informações - e talvez o fluxo mais inadequado de todos seja o das informações de preço disponíveis. Isso, de certa forma, vai diretamente ao centro da ortodoxia, que imaginaria a possibilidade de uma economia funcionar como mecanismo cibernético, em que os sinais de orientação para o sistema poderiam ser dados apenas pelas indicações fornecidas pelos preços relativos. O fato é que os preços relativos são simplesmente indicações do que está ocorrendo agora. Não dizem nada, ou dizem muitíssimo pouco, daquilo que deverá ocorrer dentro de três, quatro ou cinco anos. Aí, realmente, só é adequada uma visão de natureza essencialmente estrutural.

Por outro lado, existe uma área de preocupação crescente por parte do governo, representada pelas necessidades coletivas, pelo problema dos chamados bens coletivos. São áreas em que a lucratividade privada é reduzida. Por isso mesmo, quase por definição, são áreas de atuação governamental, dado o seu elevado nível de 'lucratividade social': saúde, educação, transporte e assim por diante. E aí também é indispensável a idéia de planejamento, na medida em que se tenha como objetivo o aumento da eficiência da atuação do setor público nessa área.

### **Teoria econômico-social e estatística**

Na realidade, sempre vai haver uma defasagem entre o tipo de coisas que nós achamos importantes em termos de decisão e aquilo que ainda está por ser desenvolvido na teoria das informações. Mas, com todo o longo caminho que ainda nos resta percorrer, há, de fato, uma contribuição de enorme importância, representada pela teoria da política econômico-social quantitativa desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, especialmente a contribuição dada por Keynes, Tinbergen e outros. Curioso é que, embora desenvolvida em países de economia de mercado, essa talvez seja uma contribuição muito mais importante do que aquela ligada à tradição de países da área socialista, que, com estruturas institucionais diferentes, já poderiam ter dado uma contribuição maior, em termos de experimentação com planejamento. Na realidade, a contribuição desses países ainda é extremamente pobre. O sentido da contribuição sobre planejamento nos

últimos anos é muito mais do Ocidente para o Oriente do que vice-versa.

A partir da teoria econômico-social - e não antes - surgiram os primeiros tipos mais sofisticados de estatística derivada. A preocupação com o sistema de contabilidade social é relativamente recente. Até o surgimento da teoria de política econômicosocial, a tradição dos sistemas estatísticos era essencialmente centrada nas chamadas estatísticas primárias: censos, levantamentos universais, estatísticas contínuas de natureza demográfica, econômica e social.

A preocupação passou a ser, em termos operacionais, muito mais com agregados do que com o sistema de articulação entre as variáveis. As primeiras contribuições em termos de sistema de articulação entre variáveis partiram da teoria, desde os fisiocratas, do *Tableau Economique*, de Quesnay, a primeira visualização da articulação entre variáveis econômicas. Enquanto não existiam teorias não surgiam estatísticas derivadas. Essa é uma indicação extremamente clara da interação básica entre teoria e desenvolvimento do sistema estatístico. Surgiram então as contas nacionais, as tabelas de relações intersetoriais e, mais recentemente, as tentativas de ampliar a contabilidade social, no sentido de incluir variáveis demográficas e sociais. Surgiu também a própria idéia de indicadores sociais.

A responsabilidade pelo fornecimento de informações - e, de modo fundamental, de informações sociais - está relacionada com os diferentes horizontes de tempo e com a dimensão espacial da tomada de decisão. A formulação de políticas econômicas de curto prazo, de natureza essencialmente fiscal e monetária, é diferente da de políticas de médio prazo, dentro do contexto de planos nacionais de desenvolvimento, programas setoriais, programas de desenvolvimento regional e elaboração de projetos. Nestes casos, é preciso ter um horizonte de tempo mais longo. A idéia do médio prazo precisa ligar-se a uma visualização contínua de um prazo mais longo ainda, buscando-se implicações que o crescimento da população tem no longo prazo, em termos de necessidades básicas dessa população, de mudança tecnológica, de transformação da estrutura da economia. Evidentemente, isso pode limitar a própria idéia do planejamento de médio prazo.

Então, para desenvolver o sistema estatístico central haveria uma preocupação com estatística primária, estatística derivada e registros administrativos. Estatísticas primárias são as tabulações básicas decorrentes de um inquérito, de um levantamento, quer se trate de um censo ou de uma pesquisa por amostragem. Estatísticas derivadas se relacionam essencialmente com sistemas de referências, com a consolidação, a rearrumação, o rearranjo das informações. Registros administrativos também são segmentos importantes do sistema. Eles foram, inclusive, objeto de um decreto recente do governo, que estabeleceu uma ponte entre os registros administrativos e o sistema estatístico central. É que, como subproduto da própria atividade administrativa de governo, existe um amplo acervo de dados que representam um subsídio enorme em termos de informações de natureza social e econômica: os sistemas de Previdência Social, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda e assim por diante. O problema dos registros administrativos é que, evidentemente, como eles estão essencialmente orientados para uma determinada área de atividade administrativa, sua transformação em estatísticas depende essencialmente da coerência de natureza conceitual e de uma classificação comparada. O problema da classificação ainda é mais sério do que o da coerência, pois esta, de certa forma, nós podemos controlar. Temos uma idéia sobre ela, através da própria maneira pela qual esses registros administrativos foram construídos, das diferenças de natureza conceitual em relação aos inquéritos básicos do sistema. Os problemas de classificação são muitíssimos mais sérios, inclusive porque, normalmente, os levantamentos do sistema estatístico têm, como unidade, o estabelecimento; para os registros administrativos, a unidade básica é o preço. Isso toma absolutamente indispensável um critério básico e único de classificação. Evidentemente, tem que haver uma predominância do critério estabelecido pelo sistema estatístico central, pois ele reflete uma classificação adequada a um uso num período bastante longo e porque toma possível a comparação internacional.

Para uma análise de espectro amplo, pode ser importante ter condições não só de comparar informações internamente, em termos de diferentes segmentos da população ou diferentes regiões, como também entre o país e a comunidade internacional. As classificações utilizadas pelo sistema estatístico central - o IBGE, no caso - são compatíveis com as recomendações internacionais. Evidentemente, são adaptações às condições do país, sem perda, no entanto, da comparabilidade com as recomendações internacionais. Este seria o pólo estatístico, que tem ainda maior relevância pelo fato de o sistema central dispor de um serviço de cartografia de enorme importância.

Nossas pesquisas têm ainda o problema da comunicação com a própria comunidade. Determinados tipos de informação - como, por exemplo, o problema de mensuração do subemprego - são muito difíceis. Não se pode imaginar que o sistema estatístico central, por si só, possa ter a fórmula mágica para resolver o problema da mensuração. Nessa área, nós dependemos de alguns programas de pesquisa básica, especialmente os da universidade.

Outro pólo do sistema é representado pela informática. Ele não deve ser subestimado, nem superestimado. Digo que não deve ser subestimado porque reduz consideravelmente o intervalo entre a coleta da informação e a disponibilidade dessa informação para os usuários, além de criar um enorme potencial de uso da informação. Por outro lado, não deve ser superestimado. Nem no Brasil, nem nos países mais desenvolvidos, a pesquisa estatística alcançou o ponto em que apenas o apertar no botão do computador separa o registro de campo e a disponibilidade de tabulações.

Ainda ha um longo trabalho em termos de análise de programação, problemas de critica da informação, estágios inevitáveis, que têm que ser desenvolvidos.

Também é preciso considerar quais são as ópticas do sistema. Pode parecer lugar-comum fazer referência a uma distinção entre passado, presente e futuro, mas essa distinção é importante. Na implementação de um projeto, nem sempre é possível raciocinar em termos de séries diacrônicas. Nos primeiros estágios de implantação de um projeto - especialmente na área social - temos que usar cortes no tempo, análises em profundidade. Mas nem por isso devemos abandonar inteiramente a idéia de comparabilidade em relação ao passado. Apesar de todas as alterações que estão sendo introduzidas e que ainda vão ser introduzidas paulatinamente, os inquéritos de natureza social ou econômica não podem e não devem perder de vista a comparabilidade de dados. É uma ponte que tem que permanecer existindo. O problema do presente está essencialmente relacionado com informações de natureza conjuntural. Muitas vezes, isso acarreta sacrifícios em termos de cobertura setorial e regional. Muitas vezes esses dados têm de estar disponíveis com intervalos de semanas, dada a natureza conjuntural da decisão de curto prazo. O problema do futuro, por sua vez, está relacionado com especulações e, por isso, está direta ou indiretamente relacionado à institucionalização de sistemas de planejamento, assunto que vou tratar com mais detalhes adiante.

É, evidentemente, desigual a maneira pela qual, em diferentes sistemas, em diferentes indicadores, o problema do presente, passado e futuro se apresenta. Pelo menos nos primeiros estágios de sua implementação, sérias diacrônicas não têm simetria perfeita em todas as áreas dos indicadores sociais, como têm, por exemplo, na área dos indicadores econômicos. Quer dizer, é preciso visualizar comparações no tempo de maneira um pouco diversa, segundo diferentes indicadores ou sistemas de referências. Algumas estatísticas primárias são de natureza essencialmente econômica, mas isso não significa que elas não contenham, ou não possam conter, informações importantes, ou potencialmente importantes, do ponto de vista social.

Nós temos periodicidade quinquenal para toda a área de natureza econômica da investigação censitária universal. Os censos de população são feitos com intervalos decenais. E há, ainda, um amplo espectro de levantamento contínuos. Do ponto de vista social, o instrumento mais importante em termos de pesquisa macrossocial é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que representou, no fim da década de 1960, uma importação de tecnologia. O que o IBGE desenvolveu a partir de 1967, com base no censo demográfico, foi uma pesquisa nacional por amostra domiciliar que refletia essencialmente a longa experiência do Bureau de Censo dos Estados Unidos. Progressivamente, esse instrumento foi adaptado às condições específicas, aos tipos de problemas básicos do Brasil. A partir de 1970, por exemplo, o IBGE, inclusive em função do aumento da amostra, passou a fazer levantamentos apenas no último trimestre de cada ano, procurando analisar em profundidade um determinado segmento social escolhido por amostragem. Nestes casos, isso era mais eficiente do que realizar um levantamento universal, como o censo. Em 1972, além das indagações básicas de natureza essencialmente demográfica e habitacional, a PNAD abrangeu o rendimento monetário e não monetário e a disponibilidade de bens de consumo.

Entre agosto de 1974 e agosto de 1975, a experiência da PNAD foi combinada com a idéia de uma pesquisa em grande escala sobre o consumo. Havia uma metodologia, desenvolvida pela FAO, específica para a mensuração do consumo alimentar. Na época, passara a ser indispensável estudar a estrutura de consumo do país. Em primeiro lugar, porque cerca de 70% do produto interno bruto é representado por consumo. Mas nós necessitávamos de informações mais precisas não só sobre o nível absoluto desse consumo, no sentido da contabilidade social, mas sobre sua composição. Então, dentro da idéia de apoio para estatísticas derivadas, é importante desenvolver marcos que possam servir de base para a interpolação da mensuração direta do consumo nacional e da sua estrutura. Também se tomou inadiável uma revisão, uma reformulação, da metodologia e da concepção dos índices regionais de custo de vida. Isso para não falar de uma série de outros objetivos na área social.

Então, passou a ser denominado Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) uma pesquisa que envolveu cerca de 1.500 variáveis e foi, em termos de amostra, provavelmente a maior pesquisa já feita no gênero. Na medida em que era importante medir consumo, especialmente consumo alimentar, não se podia usar um questionário aberto e, muito menos, usar a técnica tradicional de caderneta de memória. Por isso, incorporou-se à metodologia da FAO a utilização da pesagem de alimentos. Na medida em que a mensuração de consumo através da pesagem passou a ser usada para aperfeiçoar o conhecimento da estrutura do consumo alimentar, tomouse viável, como subproduto dessa pesquisa, mensurar o grau de carência alimentarem diferentes regiões do país.

Por isso, além das variáveis demográficas, foram escolhidas também variáveis de natureza antropométrica básica. Além disso, a pesquisa abrangeu gastos correntes e disponibilidades de bens de consumo duráveis, usando uma lista semelhante à que fora usada em 1972. Ela foi feita durante um ano, de modo a medir a influência da estacionalidade sobre o emprego, a percepção de rendimentos e a própria estrutura de consumo. O país foi dividido em oito regiões: Rio de Janeiro, São Paulo, Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Espírito Santo e Minas Gerais, Região Nordeste, Brasília, Região Norte e Região Centro-Oeste. Para cada uma foram utilizados três estratos de amostras (em alguns casos,

apenas dois, se a região não continha regiões metropolitanas). A pesquisa abrangeu cerca de 60.000 famílias, com nível mínimo de recusa.

Embora eu tenha falado do Nordeste como uma única região, tínhamos um estrato para cada região metropolitana nordestina, além de um para áreas rurais e outro para áreas urbanas. É fácil imaginar o que teria significado a subdivisão do Nordeste em termos de amostras representativas por tamanho. Basta dizer que nos Estados Unidos, com o dobro da população do Brasil, a pesquisa de consumo que foi feita mais ou menos na mesma época abrangeu apenas 20.000 famílias. No Brasil, com metade da população, nós realizamos uma amostra praticamente três vezes maior. Essa pesquisa está [1976] em estágio de processamento bastante adiantado. Nós estamos concluindo a Região Sul e trabalhando sobre os dados convencionais da pesquisa domiciliar que estão no questionário. E as regiões que também já estão nos primeiros estágios de trabalho são o Rio de Janeiro e o Nordeste. Pelo nosso cronograma, devemos dispor da base completa de dados no início de 1977 para todas as regiões. Para quem tem uma idéia do que significa processar uma pesquisa dessa complexidade, eu acho que é fácil avaliar o esforço que está sendo feito, mesmo considerando que o trabalho de campo foi concluído em agosto de 1975.

É importante fazer referência à qualidade do material recolhido, tanto em função da resposta da população à solicitação de informações quanto à qualidade dos pesquisadores. Este foi o segredo do sucesso da pesquisa. Preocupa-me em que medida o enorme talento desses quase mil pesquisadores será aproveitado pelo IBGE, que não teve condições de manter em seus quadros todo o grupo. Eles estão sendo parcialmente utilizados no censo. Mas em que medida esse enorme talento e essa experiência acumulada serão utilizados por outras instituições?

Na área da estatística derivada - na qual, como vimos, se inserem sistemas de referências e indicadores que rotulamos como sociais - nós temos todo o sistema de contas nacionais e temos a tabela de relações intersetoriais. E aí nós temos uma indicação clara de que não podemos definir indicadores sociais em termos muito estreitos. Os problemas do emprego e da inter-relação entre consumo, distribuição de renda e produção, por exemplo, estão relacionados com estatísticas derivadas, aparentemente de natureza essencialmente econômica. Por exemplo, o IBGE está desenvolvendo uma matriz de relações intersetoriais que pode tornar viável um estudo extremamente importante sobre a inter-relação entre distribuição da renda, estrutura de consumo, perfil de produção, variáveis globais da economia e geração potencial de emprego, em relação à oferta de emprego produzida por um modelo demográfico. Nós temos sintomas do problema do emprego que podem ser detectados a partir de mensurações diretas de desemprego aberto, desemprego de natureza estrutural. Mas existe também a necessidade de entender, em termos de estrutura, a inter-relação desses sintomas com a matriz demográfica ou a matriz econômica. Apenas a título de ilustração do potencial de uso para estudos sobre condições de emprego, a matriz de relações intersetoriais que estará disponível no segundo semestre deste ano (1976) tem cerca de trezentos setores só na área industrial. Isso dá uma idéia da precisão com que se poderá visualizar, em termos setoriais, a inter-relação de decisões de natureza econômica e geração de emprego.

Quanto aos problemas do sistema de referência e de indicadores sociais, o primeiro ponto que eu gostaria de mencionar é que, na realidade, embora nossa preocupação com indicadores sociais seja relativamente recente, existe um acervo de experimentações, de pesquisa, que data pelo menos do fim do século passado. Talvez os dois estudos pioneiros, sobre os quais ainda hoje devemos refletir - uma leitura é sempre útil, neste caso -, são os de Charles Booth sobre qualidade de vida, condições de vida em Londres no fim do século passado, e de Rowntree no início deste século. Na sua origem, a própria London School of Economics and Political Sciences teve, de certa forma, o objetivo de treinar pessoas capazes de interpretar dados, de preferência de forma multidisciplinar. E um tanto paradoxal, por isso, que a orientação da Escola, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, nem sempre tenha sido nessa direção.

No contexto das pesquisas macrossociais, a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas está trabalhando, tanto na área de indicadores sociais como em sistemas -de referências. Neste último assunto, curiosamente, o professor Richard Stone - que, por volta de 1946 ou 1947, imaginou o primeiro sistema de contas nacionais - deu a mais importante contribuição recente ao desenvolvimento de um sistema de referências essencialmente social. Trata-se do Sistema de Estatísticas Demográficas e Sociais das Nações Unidas, publicado no ano passado [1975] por recomendação da Comissão de Estatística das Nações Unidas. A idéia desse sistema de contabilidade social é essencialmente a de uma matriz demográfica que se desenvolve no tempo de modo dinâmico. O estudo dessa matriz demográfica, em termos de suas implicações (educação, saúde, segurança e assim por diante), se faz estabelecendo-se 'pontes' em direção à contabilidade social convencional, representada pelas contas nacionais e pelas tabelas de relações intersetoriais.

Quanto aos indicadores sociais propriamente ditos, eu creio que, como todos sabem, eles são indicadores essencialmente quantificados sobre determinados aspectos do social, com um denominador comum razoavelmente claro. Na realidade, eles estão direta ou indiretamente ligados a uma noção nem sempre precisa de bem-estar social. O Conselho de Desenvolvimento Social está preocupado com o nível geral do bem-estar da população como um todo e com a mensuração da pobreza. Fez referência também a fatores responsáveis pela possível deterioração que possa estar ocorrendo em níveis de bem-estar e à avaliação de mecanismos e de instrumentos de política social.

Não só em função dessa decisão do Conselho de Desenvolvimento Social, mas também em função da própria determinação legal, o IBGE está desenvolvendo indicadores sociais nas áreas de demografia, habitação, rendimentos, mão-de-obra e emprego, educação e saúde. Esse desenvolvimento, que tem recebido retomo dos usuários de fora do sistema estatístico central, está contribuindo para o próprio aperfeiçoamento dos inquéritos da estatística primária, e isso é importante. Nunca é demais fazer referência, como já fiz inúmeras vezes nesta exposição, a essa interação. Um dos casos típicos é, por exemplo, a própria concepção da PNAD de 1976, que está na iminência de ser lançada a campo, e a concepção dos censos econômicos quinquenais. Em alguns inquéritos, em função de um uso mais intenso da informação disponível, a diferença existente entre 1970 e 1975 é substancialmente maior do que a que pode ser observada entre 1960 e 1970.

Há uma orientação no sentido de produzir indicadores com diferentes graus de regionalização, com diferentes tipos de intervalo no tempo, o que absolutamente não indica a existência de um monopólio do IBGE na área de indicadores sociais. Absolutamente. O IBGE tem acesso a, exatamente, o mesmo acervo de informações básicas que outros usuários podem ter.

Assim como ocorre com outros tipos de investigação, é preciso não esperar para usar a informação que esteja publicada numa bateria de indicadores sociais ou de outro tipo de estatística derivada. Existe um único limite para a utilização de dados: a criatividade e a imaginação do pesquisador. E, lamentavelmente, não posso deixar de mencionar minha preocupação de que pode estar havendo subutilização da informação disponível. Espera-se muitas vezes um agregado mágico que o sistema estatístico central esteja desenvolvendo e possa eventualmente divulgar.

### **A reflexão sobre indicadores sociais**

Os indicadores sociais estão em pleno desenvolvimento. Há uma comunicação entre esse desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta, e o IBGE espera, até o fim deste ano [1976] e o início do ano que vem, publicar uma primeira bateria de indicadores. Mas, por favor, mais uma vez não imaginem que possa aparecer alguma coisa de dramaticamente diferente daquilo que já existe no censo de população ou na PNAD, ou ainda do que eventualmente estará disponível no ENDEF. Os indicadores são, essencialmente, uma elaboração a partir dessas informações primárias.

Nós dependemos não só da utilização das informações das universidades e de outras instituições, mas também do desenvolvimento de pesquisas complementares, de natureza sociológica e antropológica, às quais já me referi. Um caso típico é o problema do emprego. Se países desenvolvidos ainda têm dificuldades para medir adequadamente o emprego e o desemprego, que dizer de países menos desenvolvidos, em que o problema de subemprego é mais sério? Na realidade, eu visualizaria dois pontos extremos de referência, representados, de um lado, pela idéia de uma forma de emprego convencional, típica de uma relação capitalista de empregador e empregado, carteira assinada, contribuição pelo INPS etc.; no outro lado, o desemprego aberto. Entre ambos os extremos há um amplo espectro de situações, que é ilusório crer que possam ser medidas e focalizadas adequadamente pelo sistema estatístico central, por si só. Muitas delas dependem essencialmente de estudos de orçamento de tempo. Apenas entre parêntesis, no fim de 1977 nós vamos introduzir experimentalmente a idéia de orçamento de tempo na PNAD, estudos de orçamento de tempo, estudos de estilo de vida e assim por diante.

Assim como é importante olhar cada um desses indicadores como sintomas isolados, é preciso também imaginar formas de combinação. E aí há uma divergência substancial entre a tradição dos indicadores econômicos e a situação em que nos encontramos a respeito dos indicadores sociais. No caso dos indicadores econômicos, temos um denominador comum, que é o valor em dinheiro, que torna possível a normalização de informações sobre atividades econômicas, a agregação e a consolidação de dados, com uma experiência de duzentos anos de pensamento sobre a articulação entre variáveis econômicas. Na área social nós ainda dependemos muito de modelos de regressão, de análise fatorial e de modelos de simulação. E de muita reflexão em relação aos resultados obtidos.

Um aspecto importante para a ligação desses indicadores é o pano de fundo produzido pela abordagem geográfica, a abordagem espacial, a idéia de estudos sobre a distribuição da população e da atividade econômica em termos de espaço. Além desta, há a idéia de modelo de simulação. Há mais de um ano o IBGE está desenvolvendo um modelo de simulação da economia brasileira, um modelo demográfico e econômico que ainda está nos primeiros estágios. É um projeto conjunto com a Organização Internacional de Trabalho. A idéia é, justamente, combinar um modelo, um bloco demográfico, que pode ser transformado, por exemplo, em termos de oferta de mão-de-obra e ser relacionado com um bloco educacional; de um bloco econômico em que se estuda a interrelação entre distribuição do rendimento, estrutura de consumo, perfil de produção e retroalimentação desse perfil de produção em termos de distribuição de rendimento e de demanda de mão-de-obra. Nesse sentido, é preciso dissociar, na idéia de emprego, a oferta e demanda de mão-de-obra e o custo desses perfis alternativos de produção em termos de utilização de recursos naturais.

Eu fiz referência, inúmeras vezes, à questão do emprego. E a nossa orientação em termos de mensuração desse

problema - na área de demanda de mão-de-obra -, a base das informações para mensuração, são os censos e inquéritos anuais mais amplos, como o de natureza industrial e a pesquisa mensal do setor industrial. Daí saem os sinais de algum problema crítico que possa estar ocorrendo em termos de desemprego aberto, que é uma informação de natureza essencialmente conjuntural.

Os problemas de oferta de mão-de-obra, principalmente aqueles de natureza estrutural, seriam apresentados pelas PNADs - evidentemente o instrumento mais importante do ponto de vista de pesquisa macroestatística -, que por enquanto se referem essencialmente ao último trimestre de cada ano. Mas, a partir de 1978, nossa idéia é passar a fazer uma investigação semestral. Na medida em que a natureza dos quesitos, a própria concepção da pesquisa, se refira essencialmente a dados de estrutura, esses dados não se modificam de modo substancial de mês para mês. A passagem de uma informação anual para semestral já representa um avanço substancial, especialmente se se puder recuperar, em cada semestre, a informação sobre o que ocorreu com o emprego de cada pessoa nos últimos seis meses.

Gostaria de concluir, ressaltando nossa preocupação contínua com o problema do elevado custo do sistema estatístico num país como o Brasil, de dimensão continental e de complexidade crescente. Por outro lado, os projetos do sistema estatístico central buscam desenvolver um sentido de antecipação. O prazo relativamente longo de gestação, de maturação, de um projeto na área do sistema estatístico torna importante que, de alguma forma, se antecipem áreas críticas de mensuração, para que o sistema se adapte e possa fazer face a essa solicitação. Eu me permitiria repetir que uma das áreas típicas de antecipação é a representada pelo ENDEF.

Quando o governo tomou a decisão de dar prioridade a indicadores sociais, nós já estávamos com a pesquisa em desenvolvimento no campo. Por outro lado, existe um desafio, que não atinge só o próprio sistema central, que é o de reduzir o intervalo entre a observação de dados no campo a disponibilidade da informação para o usuário, de modo a que as pesquisas sejam sempre as mais relevantes possíveis em termos de decisão social. Esse desafio se estende também aos usuários. É o desafio, como certamente advinharão, do uso da informação. Sem subestimar as análises de natureza não quantitativa, podemos pensar naquilo que disse o escritor inglês Forster, autor da peça *The Swinger*: ele tinha dificuldades para visualizar os pobres, não conseguia pensar nos pobres, e achava que eles eram focalizados de maneira mais precisa e eficiente pelos estatísticos e pelos poetas.

## **. Quo vadis, sistema estatístico?**

*"I am one of the unpraised, unrewarded millions without whom statistics would be a bankrupt science. It is we who are born, who marry, who die, in constant ratios."*

L. P. Smith

*"We are not concerned with the very poor. They are unthinkable, and only to be approached by the statistician or the poet."*

E. M. Forster

1- O sistema estatístico pode ser pensado como importante peça de um estilo de formulação da política econômica e social de um país, através do *planejamento participativo*.

Esse tipo de planejamento combina componentes técnicos e políticos. A atividade técnica produz informações sobre o estado da sociedade e explora possibilidades alternativas de sua evolução futura, usando (i) uma base de dados estatísticos, organizada a partir da contabilidade social, para suprir o quadro da evolução passada e da situação presente do país e (ii) capacidade de simulação de trajetórias e cenários futuros alternativos.

O lado político do planejamento é representado pelo espaço institucional, no qual ocorrem negociações e estabelecem-se compromissos em torno da escolha de um projeto de *futuro*.

A opção final configura-se num conjunto de políticas econômicas e sociais que se constituem no plano nacional.

É, portanto, inerente à idéia de planejamento, como processo de decisão social, o conhecimento das condições presentes de diferentes segmentos sociais, assim como do impacto de conjuntos alternativos de políticas sobre essas condições.

2 - Sempre há, no ar, certo grau de insatisfação em relação à disponibilidade de dados estatísticos. Trata-se, às vezes, de desconhecimento do que é possível mensurar estatisticamente, ou, o que é mais sério, de percepção de importantes lacunas de dados face a demandas sociais.

Procuramos ressaltar neste artigo, de modo breve, alguns aspectos que devem ser levados em conta no processo de aperfeiçoamento de um sistema estatístico. Ele pode ser pensado como organização da produção *centralizada* de dados econômicos e sociais, abrangendo concepção, coleta, processamento, armazenamento e disseminação desses dados.

A experiência internacional desaconselha produção descentralizada como, por exemplo, a de estatísticas setoriais distribuídas segundo ministérios afins ou por delegações em nível regional. Isso decorre principalmente da constatação de dificuldades de coordenação e operação sintonizada, bem como da instabilidade provocada por excessivas mudanças quando da sucessão de direções institucionais.

A noção de sistema estatístico pode ir além da concepção de uma organização central de estatística, pois abrange



também outras instituições, associadas por diferentes formas de colaboração, mesmo quando o sistema é do tipo centralizado. No presente artigo, entretanto, a referência a sistema diz respeito apenas ao órgão central de estatística.

3 - Os dados estatísticos constituem bem público, cuja produção deve atender não apenas ao governo, mas, também, a demandas oriundas da sociedade civil.

O conjunto dessas demandas deve ser organizado através de um *conselho ou comissão nacional de estatísticas*, vinculado ao ministério ao qual o órgão central também se vincula.

4 - O sistema estatístico deve preocupar-se continuamente com a relevância, precisão e oportunidade de seus dados. Deve, por isso, planejar suas atividades e controlar a qualidade de seus produtos. A instituição deve nortear-se por *projeto institucional* com horizonte de tempo de dez anos. Esse projeto deve estabelecer prioridades e determinar o elenco de levantamentos regulares e especiais, levando em conta o painel amplo que a sociedade almeja ver elaborado.

A falta de um projeto central que atue como referencial para os diversos programas de trabalho do sistema estatístico pode causar considerável insegurança e falhas em seu funcionamento, afetando, por exemplo, atividades complexas como a dos recenseamentos gerais, programas de estatísticas contínuas que combinam questionários regulares e especiais e a disponibilidade de estatísticas básicas necessárias para a elaboração da contabilidade social.

5 - O sistema estatístico deve ser estruturado a partir da *contabilidade social integrada*. Esta, como se relaciona de modo direto ou indireto com todo o elenco de levantamentos primários do sistema, contribui para assegurar coerência conceitual, compatibilidade de classificações, além de identificar hiatos e falhas nos dados básicos.

A contabilidade social compreende (i) contas consolidadas (antigas contas nacionais), (ii) tabelas de relações intersetoriais (*input-output*) e (iii) fluxo de fundos. A integração desses módulos pode ser obtida através da chamada 'matriz de contabilidade social'.

Estatísticas de preços e quantidades, assim como estimativas a preços constantes de componentes da contabilidade social, devem ser elaboradas com classificações e armazenamento na base do microdados, obedecendo ao referencial representado pela contabilidade social.

As decisões sociais que resultam em políticas econômicas e sociais dizem respeito, de modo fundamental, a instituições: grupos sócio-econômicos, setor público e empresas. Por isso, na organização dos dados do sistema estatístico, torna-se obviamente indispensável a categorização apropriada desses atores sociais.

Quando não se adota esse desdobramento para os dados de renda e consumo e para o conjunto dos chamados indicadores sociais, restringe-se a capacidade do sistema, tendo em vista o uso de seus produtos para formulação e avaliação de políticas e para a percepção, pela sociedade, das condições de sua população.

Nos séculos XVII e XVIII, teve origem uma concepção de contabilidade social, relacionada a uma visão do funcionamento da economia. Nela, setores e grupos sociais são interligados através do eixo da distribuição da renda. A contabilidade social alcançou notável sofisticação e complexidade na segunda metade do século XX. Entretanto, só recentemente, quando se discute a consideração, além de fatores, também de instituições, é que se retorna à visão circular dos clássicos: produção-renda-dispêndio-produção.

Diferentemente do que ocorre com a contabilidade social, no caso dos indicadores sociais não dispomos de uma teoria básica, ou mesmo de um *numéraire*, capaz de possibilitar a combinação e integração desses indicadores.

Deve-se insistir, não obstante, no uso de categorizações comuns para os dados relativos a grupos sócio-econômicos, tanto para renda e dispêndio dentro da contabilidade social convencional, como para os indicadores sociais, abrangendo o uso do tempo e a decomposição da vida média. Poder-se-ia, desse modo, contribuir para a elaboração de uma contabilidade, sem dúvida, mais social.

6 - A cada dez anos, no mínimo, deve ser realizado *levantamento domiciliar multi-objetivos*, comoparte de um programa decenal de pesquisas por amostra de domicílios. Além dos itens do questionário básico, serão investigados: renda, dispêndio, nutrição, acesso a serviços públicos e posse de bens de consumo durável.

O período de sete dias de observação em cada domicílio da amostra permite, com o emprego de pesquisadores devidamente selecionados e treinados, aumentar a abrangência e precisão das informações recolhidas. Ressalta, nesse procedimento, a qualidade que pode ser alcançada em relação aos dados de consumo alimentar e antropometria, em comparação com os das técnicas 'memória' ou 'caderneta'.

Além disso, o período mais longo de contato com os informantes toma possível registrar importantes aspectos de suas condições de vida e de sua estratégia de sobrevivência, de difícil obtenção através de quesitos fechados.

Além de distribuir-se ao longo de doze meses, a amostra deve abranger regiões metropolitanas, regiões urbanas não metropolitanas e regiões rurais.

7 - A título de apenas aflorar alguns aspectos das estatísticas básicas setoriais, faremos, a seguir, referência à sua produção.

A estatística agrícola corrente pode ser aperfeiçoada, desenvolvendo-se levantamentos no nível do produtor, por amostragem. Deve ser, também, explorado o potencial de aproveitamento do sensoriamento remoto para avaliação de

determinadas culturas.

Para a produção industrial é indispensável concatenar de modo adequado o censo quinquenal, o levantamento anual por amostragem, a pesquisa mensal e a sondagem conjuntural. Consegue-se, então, acompanhar melhor as transformações estruturais e a evolução conjuntural, atendendo as necessidades de dados industriais para a contabilidade social.

Os serviços constituem parcela substancial e crescente da produção e do emprego. No entanto, mesmo em países desenvolvidos, o setor terciário não vem recebendo atenção apropriada por parte dos sistemas estatísticos. Revisão de classificações e de instrumentos de coleta e atenção para conexões com investigações em nível domiciliar são capazes de produzir quadro mais fidedigno do setor, particularmente em relação a emprego, ocupação e nível corrente de atividade.

8 - Os *registros administrativos* constituídos pelo acervo de informações que empresas e pessoas fornecem à administração pública não devem ser duplicados por levantamentos estatísticos convencionais. Isso depende de que se estabeleça compatibilidade conceitual e de classificações e, através do cadastro do sistema, se controle de cobertura dos dados desses registros.

Como registros administrativos relevantes para o sistema estatístico, destacam-se a chamada relação anual de informações sociais (folha de pagamentos das empresas) e os dados relativos a contribuintes do imposto de renda.

9 - O aperfeiçoamento dos levantamentos econômicos contínuos, em particular daqueles que dependem do uso da amostragem, depende da organização e da manutenção de um cadastro de informantes. A combinação de dados de estabelecimentos, como unidades técnicas, com os de empresas, como entidades jurídicas, também seria facilitada.

10 - Em país de dimensões continentais e de grande diversidade de características, é de fundamental importância definir diferentes níveis de agregação dos dados estatísticos.

Por exemplo, a noção de populações-objetivo para fins de formulação de diferentes tipos de políticas sociais freqüentemente exige que estejam disponíveis, em nível especial bastante fino, dados sobre a distribuição da população segundo diferentes características. Este é o caso, por exemplo, do planejamento da localização de estabelecimentos de ensino público ou de postos de saúde pública.

Muitas vezes, dados com elevado nível de agregação podem gerar perspectivas meramente impressionistas sobre problemas sociais. Por isso, grupos que sofrem de carências significativas devem ser identificados de forma combinada com sua localização espacial.

É preciso, então, insistir: para apoiar a formulação de políticas, é necessário que os dados estatísticos sejam apropriadamente especificados. É preciso produzir contabilidade social e outras formas de organizar dados, apropriadas para tratar de questões de pobreza, energia e meio ambiente, preocupações centrais da derradeira década do século.

Em conseqüência, atente-se cuidadosamente para a fixação do âmbito, profundidade e período de referência dos levantamentos primários, assim como para a sua organização em termos de setores, produtos, pessoas e espaço.

11 - O custo total dos sistemas inclui o ônus representado para os informantes, pelo preenchimento de inúmeros instrumentos de coleta. Por isso, deve ser minimizada a solicitação de informações, evitando-se duplicações e controlando-se a aplicação de questionários de atendimento obrigatório, para fins estatísticos.

12 - A *base de microdados* constitui o elo entre as informações coletadas no campo e a possibilidade de disseminação de dados estatísticos. Fontes múltiplas devem ser combinadas, na base, quando for o caso, através de procedimentos estatísticos (*statistical matching*).

Flexibilidade, rapidez e preços razoáveis no acesso a tabulações especiais possibilitam melhor atendimento a demandas de dados para os usuários, além de redução considerável das divulgações convencionais do sistema. A disponibilidade de fitas de microdados não identificados constitui, nesse contexto, valioso apoio à pesquisa acadêmica.

13 - O sistema estatístico deve contar com capacidade própria de *estudos e análises sociais e econômicas*. Além de análises econômicas estruturais e conjunturais, incluem-se, nessas atividades, os estudos geográficos, combinando sua melhor tradição de trabalhos de campo com o uso de dados estatísticos. Nos estudos de condições de vida, deve ser considerada a possibilidade de associação de dados estatísticos com explorações de tipo etnográfico, capazes de contribuir para o aperfeiçoamento dos próprios levantamentos estatísticos.

O desenvolvimento de modelos de simulação do tipo demo-econométrico deve constituir atividade regular de pesquisas, envolvendo cooperação com centros acadêmicos. Tal como no caso da contabilidade social, esse projeto se beneficia da proximidade em relação à base de dados, assim como produz importante eco para o aperfeiçoamento dos levantamentos básicos.

14 - Para concluir, o desenvolvimento de um sistema estatístico depende não apenas de aquisições de *hardware* de última geração, mas, principalmente, da constituição de um *quadro de recursos humanos*, recrutado através de processos competitivos, com oportunidades internas de aperfeiçoamento no país e no exterior e com a perspectiva de galgar, por seus méritos, cargos e funções, inclusive as posições mais elevadas de direção do sistema.

Sublinhamos, finalmente, a importância da voz dos usuários quando se exige a preservação e, ao mesmo tempo,

o contínuo progresso de um sistema estatístico independente e de alta relevância social.

